

**Gestão 2016-2018**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1328/2018-PGJ, DE 13.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Alterar a Portaria nº 1290/2018-PGJ, de 11.4.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de abril de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERNOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
14 e 15.4.2018	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERNOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
14 e 15.4.2018	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1339/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 13 e 14.5, 14, 15 e 16.6.2017, a serem usufruídos nos dias 17, 18, 19, 20 e 27.4.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1340/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Designar o 69º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI - do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução - DAEX -, nos períodos de 17 a 20.4.2018 e 23 a 27.4.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e viagem a serviço do titular, *Antonio André David Medeiros*.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1341/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1199/2018-PGJ, de 4.4.2018, que convocou os Promotores de Justiça Diretores dos Núcleos Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Mato Grosso do Sul para participarem da 1ª Reunião Ordinária de 2018, de forma que, onde consta: Ana Cristina Carneiro Dias; passe a constar: Moisés Casarotto.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1343/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo, no período de 16 a 18.4.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1344/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Criminal da referida Comarca, no dia 17.4.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1335/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a Maria Manoela de Souza Filgueiras o pagamento de pensão por morte, na qualidade de filha incapaz do membro do Ministério Público Estadual João Filgueiras Neto, falecido em 31.10.2017, rateada em partes iguais com a viúva Ana Rosa de Souza Filgueiras, nos termos dos artigos 13, 14, 50 e 51 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e dos artigos 113 e 137 da Lei Complementar nº 72/94 (Processo PGJ/10/4076/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1334/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na Promotoria de Justiça abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

I – ENTRÂNCIA ESPECIAL			
LOTAÇÃO: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE			
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	A PARTIR DE
Cleizy Mara Romeiro	Técnico II/Administrativa	68ª Promotoria de Justiça	9.4.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1315/2018-PGJ, DE 12.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 6.4.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 1322/2018-PGJ, DE 13.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor João Antonio Billó, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Setor de Apoio Direto ao Procurador-Geral de Justiça, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no período de 11 a 13.4.2018, em razão de férias da titular, *Rachel Barbosa Poltronieri Florence*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 1323/2018-PGJ, DE 13.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Renato Teiji Yamamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 46ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 3 a 27.4.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora *Gilvana de Abreu Deotti*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 1324/2018-PGJ, DE 13.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Rafael de Araújo Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 11 a 20.4.2018, em razão de férias da servidora *Aline Silva de Azevedo Cavalcante*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 1325/2018-PGJ, DE 13.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Armenia Rodrigues da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para o desempenho de mandato classista perante o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, SINSEMP/MS (triênio 2017/2020), na qualidade de Vice-Presidente, no período de 2 de abril de 2018 a 28 de abril de 2020, nos termos do artigo 130, inciso X, e do artigo 156, inciso III, alínea “b”, e §§ 2º, 3º e 4º, ambos da Lei Estadual nº 1.102/90, com alteração dada pela Lei nº 2.599, de 26.12.2002 (Processo PGJ/10/1032/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 1326/2018-PGJ, DE 13.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012.

SERVIDOR(A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Emerval Carmona Gomes	6º	22.3.2018
Vinicius Ferreira Martins	2º	10.3.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 1336/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Italo Felipe de Matos, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Setor de Atendimento ao Processo Eletrônico, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 19.4.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 1337/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Carla Janaina Barbosa, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 16.4.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 1338/2018-PGJ, DE 16.4.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Jason Hiroyuki Herai, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 13.4.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

## SECRETARIA-GERAL

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2018-SG/MP-MS, DE 16 DE ABRIL DE 2018.**

Estabelece orientações acerca dos procedimentos para locação de imóveis no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 02/2001-PGJ, de 16 de março de 2001;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece como regra geral a realização de processo de licitação, ressalvados os casos específicos na legislação, para as contratações públicas, assegurando-se a igualdade de condições a todos os concorrentes;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 24, inciso X, permite à Administração dispensar a licitação para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; e

CONSIDERANDO a necessidade de fixar boas práticas administrativas no tocante aos procedimentos a serem observados no âmbito do Ministério Público Estadual para locação de imóveis,

**ESTABELECE:**

Art. 1º Fica instituído o roteiro de boas práticas para subsidiar os procedimentos de locação de imóveis por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como os procedimentos para locação sob medida, nos termos dos Anexos desta Ordem de Serviço.

Art. 2º Todas as demandas por locação de imóveis, bem como os atos, expedientes e procedimentos executados pelos Setores Administrativos e Auxiliares deste Ministério Público deverão obedecer ao rito estabelecido nos Anexos desta Ordem de Serviço.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Ordem de Serviço nº 002/2017-SG/MPMS, de 29 de agosto de 2017, e demais disposições em contrário.

Campo Grande, 16 de abril de 2018.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça  
Secretária-Geral/MPMS

**ANEXO I da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.**  
**ROTEIRO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS**

ITEM	PROVIDÊNCIAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	O Requisitante deverá encaminhar à Secretaria-Geral (SG) expediente informando a necessidade de locação de imóvel, acompanhado das devidas justificativas, quais sejam:  <i>I – os motivos que justificam a expansão, com indicação do número de membros, servidores e estagiários que atuarão no novo espaço;</i>  <i>II – as dimensões, o raio de distância máxima em relação à sede atual e outras</i>	Requisitante	

	<p><i>particularidades que devam caracterizar o imóvel;</i></p> <p><i>III – especificar as características mínimas do imóvel, como o número de pessoas por sala, número de vagas de veículos necessárias, número de banheiros, copa e demais dependências;</i></p> <p><i>Obs.: <u>não</u> encaminhar, neste momento, sugestão de imóveis a serem locados.</i></p>		
2	Após despacho da SG, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral providenciará, em <b>2 dias</b> , a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93).	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
3	<p>Os autos serão encaminhados ao Departamento de Engenharia (DENG) para elaboração do plano de necessidades, em <b>5 dias</b>, contendo as características mínimas que o imóvel deve apresentar para atender às finalidades precípua da Administração Pública, acompanhadas das devidas justificativas. <b>O modelo do plano de necessidades está disponível no Anexo II da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS.</b></p> <p>O plano de necessidades será encaminhado à SG para aprovação.</p> <p>Caso o Requisitante já ocupe um imóvel, o DENG deverá manifestar-se quanto a viabilidade de reforma.</p>	DENG	5 dias
4	Aprovado o plano de necessidades, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, em <b>2 dias</b> , irá encaminhar os autos ao Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, solicitando que o referido Departamento providencie consulta ao órgão responsável pelo patrimônio imobiliário do Estado, indagando sobre a disponibilidade de imóvel público, que atenda às necessidades deste MPMS, no intuito de possibilitar uma ocupação não onerosa, em obediência ao princípio da economicidade.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
5	O Departamento de Apoio Administrativo do PGJ deverá aguardar o prazo de <b>10 dias</b> , após a expedição de ofício. No término do prazo, certificará nos autos se houve ou não resposta, procedendo-se à devolução dos autos à SG.	Departamento de Apoio Administrativo do PGJ	10 dias
6	<p>Na hipótese de o Estado <b>dispor</b> de imóvel que atenda às necessidades requeridas, o procedimento seguirá para o <b>item 16</b>;</p> <p>Na hipótese de o Estado <b>não dispor</b> de imóvel que atenda às necessidades requeridas e/ou não havendo resposta, a SG deverá encaminhar os autos ao Diretor da Secretaria de Administração (SEAD), a fim de que proceda à pesquisa no mercado imobiliário local.</p>	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
7	<p><b>Compete à SEAD:</b></p> <p><b>a)</b> proceder à pesquisa no mercado imobiliário local<sup>1</sup>, concedendo às imobiliárias um prazo máximo de <b>10 dias corridos</b> para a resposta, a contar do recebimento do ofício. Nessa pesquisa, deverão ser encaminhados os dados referentes ao plano de necessidades, o modelo de documento de Autorização de Intervenção e a minuta do contrato, solicitando a apresentação de proposta nos moldes do “Anexo B - Formulário de proposta de preços” constante no Anexo III da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS;</p> <p><b>b)</b> providenciar a publicação no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP), visando divulgar a intenção da Administração em locar um imóvel, nos moldes do Anexo III da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS. Deverão ser concedidos <b>10 dias corridos</b> de prazo para apresentação das propostas, a contar da publicação do aviso;</p> <p><b>c)</b> expedir ofício ao requisitante solicitando indicação de imóveis, no prazo de <b>10 dias</b></p>	SEAD	12 dias

<sup>1</sup> A pesquisa no mercado imobiliário deverá ser acompanhada de ampla divulgação das intenções deste MPMS de locar imóvel com as características apontadas.



	<p><b>corridos</b>, encaminhando os anexos do presente roteiro referentes a locação convencional.</p> <p><b>d)</b> cumpridas as diligências anteriores, juntar a documentação completa recebida, e, após, encaminhar os autos ao DENG.</p> <p>Obs.: A descrição do imóvel a ser locado deverá conter a quantidade de cômodos/dependências e as metragens mínimas que atenderão ao interesse da Administração, não havendo a necessidade de indicar, no extrato de publicação no DOMP, a destinação final do cômodo/dependência.</p>		
8	<p><b>Compete ao DENG:</b></p> <p><b>a)</b> receber e analisar a documentação juntada aos autos pela SEAD, elegendo, em conjunto com a SG<sup>2</sup>, o imóvel ou os imóveis que melhor atendam, em princípio, ao plano de necessidades;</p> <p><b>b)</b> vistoriar <i>in loco</i> os imóveis selecionados, para elaboração de laudo/parecer técnico<sup>3</sup>, no prazo de <b>10 dias</b>;</p> <p><b>c)</b> cumpridas as diligências anteriores, fazer a juntada da documentação e encaminhar os autos à SEAD.</p> <p>Obs.: Excepcionalmente, na hipótese de não serem encontrados imóveis que se enquadrem no plano de necessidades, a Administração poderá adotar as providências para locação sob medida.</p> <p>Neste caso, o DENG demonstrará, por meio de estudo técnico, cálculos estimados e documentos comprobatórios, que a opção pela locação sob medida mostra-se inequivocamente mais favorável economicamente (melhor custo-benefício) do que a realização de reforma ou adequação em imóvel alugado sob a forma convencional, constituindo, portanto, economia de escala para a Instituição.</p> <p>Ainda, compete ao DENG comprovar a impossibilidade de suprir a demanda por outras formas, como obra de construção de novo edifício, em terreno de propriedade do órgão, e reforma em prédio próprio.</p> <p>Apresentadas as justificativas, os autos deverão ser encaminhados à SG, e o procedimento seguirá para o <b>item 17</b>, que trata da LOCAÇÃO SOB MEDIDA.</p>	DENG	15 dias
9	<p>Os autos ficarão na SEAD aguardando os trâmites abaixo.</p> <p><u>Diligências acerca da avaliação mercadológica do imóvel pretendido:</u></p> <p><b>- SEAD:</b></p> <p><b>9.1.</b> A SEAD fará a conferência dos documentos encaminhados pelo proponente, verificando a validade das certidões e atualizando a documentação pertinente.</p> <p><b>9.2.</b> Após a conferência da documentação, providenciará o laudo de avaliação prévia do preço de locação do imóvel eleito, a fim de demonstrar a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado.<sup>4</sup></p> <p><b>9.3.</b> Encaminhará a documentação à SG a fim de que seja autuado processo administrativo distinto, em caso de eventual empenho<sup>5</sup>.</p> <p><b>Prazo: 5 dias.</b></p> <p><b>- SG:</b></p>	SEAD	30 dias

2 A partir de critérios objetivos (relacionados no plano de necessidades) e de forma justificada. Os motivos de recusa dos imóveis não selecionados deverão vir expressos.

3 "A vistoria do imóvel ofertado deverá apontar:

I - as adaptações necessárias, inclusive para atendimento às normas de acessibilidade espacial e aos critérios de Segurança Institucional; e

II - quais obras seriam realizadas pelo proprietário e quais ficariam a cargo do Ministério Público, com estimativas de custo e tempo de execução."

4 Súmula TC/MS nº 28 – "A ausência de avaliação prévia do preço de locação do Imóvel destinado ao serviço público, visando a verificação de sua compatibilidade com o valor vigente no mercado, enseja a declaração da ilegalidade e irregularidade do contrato e aplicação de multa ao responsável."

5 O eg. Tribunal de Contas da União tem recomendado ao administrador que solicite a elaboração de laudo de avaliação à Caixa Econômica Federal ou à Secretaria de Patrimônio da União, por considerar que tais organismos públicos possuem tradição e idoneidade aptas a fornecer balizamentos seguros à Administração. A documentação deverá ser apresentada em sua via original ou em cópia autenticada.

	<p><b>9.4.</b> Caberá à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral registrar e autuar procedimento administrativo, em caso de eventual empenho à empresa responsável pela avaliação prévia e encaminhar os autos à Secretaria de Finanças e Planejamento (SEFIN), para empenho. <b>Prazo: 2 dias.</b></p> <p><b>- SEFIN:</b></p> <p><b>9.5.</b> Caberá à SEFIN empenhar o valor proposto pela empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação prévia e, após, encaminhar os autos à SEAD. <b>Prazo: 2 dias.</b></p> <p><b>- SEAD:</b></p> <p><b>9.6.</b> Caberá à SEAD, em <u>2 dias</u>, encaminhar a nota de empenho à empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação prévia, concedendo um prazo de entrega de <u>10 dias</u>, contados do recebimento da nota de empenho.</p> <p><b>9.7.</b> Com a entrega do laudo de avaliação prévia, procederá à juntada aos autos próprios, encaminhando ao DENG, para atestar o serviço e receber eventual nota fiscal. <b>No mesmo momento</b>, a SEAD deverá proceder à juntada de cópia ou 2ª via do laudo de avaliação prévia aos autos da locação, encaminhando-os à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral. <b>Prazo: 12 dias.</b></p> <p><b>- DENG:</b></p> <p><b>9.8.</b> Recebendo os autos de empenho, com a juntada do laudo de avaliação prévia, deverá proceder à análise do laudo, elaborar manifestação, atestar o serviço, assinar a nota fiscal e encaminhar os autos ao Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas/SEAD. Deverá ainda enviar cópia da manifestação referente ao laudo final à SG, para emitir decisão/autorização para reserva orçamentária no processo de locação. <b>Prazo: 2 dias.</b></p> <p><b>- SEAD (Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas)</b></p> <p><b>9.9.</b> O Núcleo de Notas Fiscais/SEAD encaminhará os autos à SEFIN. <b>Prazo: 2 dias.</b></p> <p><b>- SEFIN:</b></p> <p><b>9.10.</b> Providenciará o pagamento e arquivamento dos autos de empenho.</p>	<p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>SEFIN</p> <p>SEAD</p> <p>DENG</p> <p>SEAD</p> <p>SEFIN</p>	<p>2 dias</p> <p>2 dias</p> <p>12 dias</p> <p>2 dias</p> <p>2 dias</p>
10	Em posse dos autos da locação, caberá à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral juntar ao processo a cópia da manifestação referente ao laudo de avaliação prévia, a ser encaminhada pelo DENG, conforme o item 9.8, e providenciar deliberação da SG remetendo os autos à SEFIN, em <u>2 dias</u> .	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
11	Em cumprimento da deliberação, caberá à SEFIN realizar a reserva orçamentária, em <u>1 dia</u> . A SEFIN juntará demonstrativo da disponibilidade orçamentário-financeira e devolverá os autos à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral.	SEFIN	1 dia
12	A Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará o processo à Assessoria Técnico-Jurídica (ASSETTEJ) em <u>2 dias</u> . A ASSETTEJ emitirá parecer em até <u>5 dias</u> , acerca da possibilidade de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. X <sup>6</sup> , e quanto à regularidade da minuta do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 38, combinado com o inciso VI do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93.	<p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>ASSETTEJ</p>	7 dias

6 Lei nº 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:(...)”

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”.

13	Recebidos os autos da ASSETEJ, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral os remeterá à Consultoria Administrativa (CAD) para elaborar minuta de decisão acerca da contratação, em <b>5 dias</b> .	CAD	5 dias
14	Determinada a dispensa de licitação para locação do imóvel eleito, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará os autos à SEFIN para efetuar o empenho, em <b>1 dia</b> .  Após o empenho, a SEFIN encaminhará os autos diretamente ao Setor de Contratos/SEAD.	SEFIN	1 dia
15	O Setor de Contratos providenciará a publicação da ratificação da dispensa da licitação, como condição para a eficácia dos atos, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e providenciará a assinatura do contrato, em três vias, no prazo de <b>10 dias</b> .	Setor de Contratos/SEAD	10 dias
<b>CESSÃO DE USO</b>			
16	Na hipótese de o Estado dispor de imóvel que atenda às necessidades requeridas, o procedimento deverá atender ao seguinte rito:  <b>a)</b> o DENG deverá vistoriar <i>in loco</i> o imóvel indicado para elaboração de laudo/parecer técnico <sup>7</sup> , no prazo de <b>10 dias</b> ; informando à SG eventuais necessidades de intervenções no imóvel;  <b>b)</b> a SG analisará a conveniência e oportunidade da ocupação do imóvel do Estado, providenciando uma deliberação e encaminhando os autos à ASSETEJ para parecer, caso haja interesse na cessão de uso;  <b>c)</b> devolvidos os autos da ASSETEJ, a SG proferirá decisão acerca da eleição do imóvel indicado, encaminhando os autos ao Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, para dar andamento às tratativas da formalização do termo de cessão de uso com o Estado;  <b>d)</b> os autos deverão permanecer com o Departamento de Apoio Administrativo do PGJ até a juntada do termo de cessão de uso, assinado pelas partes;  <b>e)</b> recebidos os autos do Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará os autos ao Setor de Contratos/SEAD para que efetue a publicação no DOMP e faça a juntada de eventual publicação no Diário Oficial do Estado;  <b>f)</b> em caso de necessidade de intervenção no imóvel, os autos deverão seguir ao DENG, para dar início às providências cabíveis.		
<b>LOCAÇÃO SOB MEDIDA</b>			
17	<b>- SG:</b>  <b>17.1.</b> Recebidos os autos do DENG, após a manifestação técnica mencionada na observação contida no item 8, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral deverá remetê-los à SEFIN, para que apresente análise orçamentária.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias
	<b>- SEFIN:</b>  <b>17.2.</b> Com base nas informações fornecidas pelo DENG, apresentará análise orçamentária da viabilidade de contratar locação sob medida, assim como de atender a demanda da Instituição de acordo com as estimativas de custos apresentadas pelo DENG no estudo técnico, a fim de amparar a decisão do(a) Secretário(a)-Geral.	SEFIN	5 dias
	<b>- SG:</b>  <b>17.3.</b> Os autos seguirão para apreciação do(a) Secretário(a)-Geral, que analisará as manifestações e justificativas apresentadas pelo DENG e pela SEFIN quanto à	SG	5 dias

<sup>7</sup> “A vistoria do imóvel ofertado deverá apontar:

I - as adaptações necessárias, inclusive para atendimento às normas de acessibilidade espacial e aos critérios de Segurança Institucional; e

II - quais obras seriam realizadas pelo proprietário e quais ficariam a cargo do Ministério Público, com estimativas de custo e tempo de execução.”

<p>possibilidade de contratar locação sob medida<sup>8</sup>.</p> <p>Verificado que foi devidamente comprovada a impossibilidade de suprir a demanda institucional por outras formas, e que ficou demonstrado que a locação sob medida é solução inequivocamente mais favorável economicamente do que a realização de reforma em imóvel alugado sob a forma convencional, o(a) Secretário(a)-Geral determinará a realização de providências visando a contratação da locação sob medida de imóvel a ser construído em conformidade com as necessidades do Ministério Público.</p> <p>Assim, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará o processo ao DENG.</p> <p><b>- DENG:</b></p> <p><b>17.4.</b> Elaborará plano de necessidades e demais documentos técnicos pertinentes, no prazo de <b>30 dias</b>, contendo as características mínimas que o imóvel deverá apresentar para atender às finalidades precípuas do Ministério Público, acompanhadas das devidas justificativas. Estes documentos são destinados a subsidiar a locação de edifício a ser construído sob medida, e devem contemplar os objetivos estratégicos da Instituição e a análise de cenários futuros.</p> <p><b>17.5.</b> Os documentos elaborados pelo DENG serão encaminhados à SG para aprovação.</p> <p><b>17.6.</b> Com a aprovação, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral deverá encaminhar os autos ao Diretor da SEAD, para que proceda à pesquisa no mercado imobiliário local a fim de identificar eventuais interessados na celebração do contrato de locação sob medida.</p> <p><b>- SEAD:</b></p> <p><b>17.7.</b> Procederá à pesquisa no mercado imobiliário local<sup>9</sup>, concedendo às imobiliárias um prazo máximo de <b>20 dias corridos</b> para a resposta, encaminhando, nessa pesquisa, os dados referentes ao plano de necessidades, especificações e documentos técnicos elaborados pelo DENG, solicitando a apresentação de proposta nos moldes do “Anexo B - Formulário de proposta de preço” constante no Anexo IV da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS.</p> <p><b>17.8.</b> Providenciará a publicação no DOMP da intenção da Administração em locar um imóvel a ser construído sob medida, nos moldes do Anexo IV da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS. Deverão ser concedidos <b>20 dias corridos</b> de prazo para apresentação das propostas, a contar da publicação do aviso.</p> <p><b>17.9.</b> Cumpridas as diligências anteriores, deverá juntar a documentação completa recebida, e, após, encaminhar os autos ao DENG.</p> <p>Obs.: A descrição do imóvel a ser locado deverá conter a quantidade de cômodos/dependências e as metragens mínimas que atenderão ao interesse da Administração, não havendo a necessidade de indicar, no extrato de publicação no DOMP, a destinação final do cômodo/dependência.</p> <p><b>- DENG:</b></p> <p><b>17.10.</b> Receberá e analisará a documentação juntada aos autos pela SEAD, elegendo, em conjunto com a SG<sup>10</sup>, o imóvel ou os imóveis que melhor atendam, em princípio, ao plano de necessidades.</p> <p><b>17.11.</b> Vistoriar <i>in loco</i> os imóveis selecionados, em <b>10 dias</b>, e emitir relatório técnico individualizado acerca da localização, acessibilidade, presença de transporte público, adequação ao plano de necessidades, entre outras características e observações relacionadas ao imóvel.</p> <p><b>17.12.</b> Cumpridas as diligências anteriores, fazer a juntada da documentação e</p>	<p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>DENG</p> <p>SG</p> <p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>SEAD</p> <p>DENG</p>	<p>2 dias</p> <p>30 dias</p> <p>5 dias</p> <p>2 dias</p> <p>20 dias</p> <p>10 dias</p>
---	---	--

8 Lei no 8.245, de 18 de outubro de 1991: “Art. 54-A. Na locação não residencial de imóvel urbano na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo e as disposições procedimentais previstas nesta Lei.”

9 A pesquisa no mercado imobiliário deverá ser acompanhada de ampla divulgação das intenções deste MP/MS de locar imóvel a ser construído com as características apontadas.

10 A partir de critérios objetivos (relacionados no plano de necessidades e demais documentos técnicos) e de forma justificada. Os motivos de recusa dos imóveis não selecionados deverão vir expressos.

	encaminhar os autos à SG.		
	<p><b>- SG:</b></p> <p><b>17.13.</b> Recebidos os autos, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, em <b>2 dias</b>, fará a distribuição à CAD para elaboração de minuta de decisão.</p> <p><b>- CAD:</b></p> <p><b>17.14.</b> Caberá à CAD realizar a análise dos autos em conjunto com a SG.</p> <p>Quando as necessidades de <u>instalação</u> e de <u>localização</u> condicionarem a escolha de determinado imóvel, sendo este o único capaz de satisfazer adequadamente o interesse público, e comprovado que o imóvel proposto é de <u>propriedade do particular que será o futuro locador</u>, deverá ser elaborada minuta de Decisão, no prazo de <b>5 dias</b>, determinando à SEAD que proceda à avaliação prévia para constatar se o preço ofertado para a locação sob medida é compatível com o de mercado.</p> <p><b>17.15.</b> Os autos deverão seguir os trâmites previstos nos <b>itens 9 a 15</b> deste Roteiro, no que for compatível com o procedimento.</p>	<p>Divisão de Apoio da Secretaria-Geral</p> <p>CAD</p>	<p>1 dias</p> <p>5 dias</p>

**ANEXO II da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.****MODELO DE PLANO DE NECESSIDADES**

PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

**ANEXO III da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.****MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – LOCAÇÃO CONVENCIONAL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) declara pública a intenção de locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de XXXX, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, nos termos da

minuta do contrato de locação que consta no Anexo III, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, conforme especificado no Anexo A deste extrato, integralmente dentro das normas técnicas exigidas, em especial, no que diz respeito à acessibilidade.

Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de publicação deste aviso, para o e-mail da Secretaria de Administração do MPMS, [sead@mpms.mp.br](mailto:sead@mpms.mp.br), ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, CEP 79031-907, em horário comercial (8h às 11h e 13h às 18h).

XXXXXX

Secretário(a)-Geral do MPMS

ANEXO A				
PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANEXO B
FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO
<p>À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MPMS.</p> <p>(NOME DO PROPONENTE), CNPJ/CPF nº _____, com endereço em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:</p> <p>VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)</p> <p>VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)</p> <p>ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:</p> <p>ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:</p> <p>ÁREA CONSTRUÍDA:</p> <p>QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:</p> <p>Dados completos de identificação e contato do proponente (e-mail, telefones, fax, etc.).</p>

Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.

Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.  
(local) (data)

Assinatura (proprietário/representante legal)

**Documentação do imóvel:**

- a) certidão de inteiro teor de seu registro;
- b) certidão de Habite-se;
- c) laudo atualizado do Corpo de Bombeiros;
- d) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- e) planta baixa atualizada.

**Documentação do proponente/proprietário pessoa jurídica:**

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

**Documentação do proponente/proprietário pessoa física:**

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível; e
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas.

**ANEXO IV da Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018.**

**MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - LOCAÇÃO SOB MEDIDA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) declara pública a intenção de locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de XXXX, pelo prazo inicial de 10 (dez) anos, a ser construído sob medida, nos termos da minuta do contrato de locação sob medida que consta no Anexo IV, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, de acordo com o plano de necessidades, especificado no Anexo A deste extrato, e com as especificações e documentos técnicos a serem disponibilizados pelo Departamento de Engenharia/MPMS em XXXXX, integralmente dentro das normas técnicas exigidas, em especial, ao que diz respeito à acessibilidade.

Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de publicação deste aviso, para o e-mail da Secretaria de Administração do MPMS, [sead@mpms.mp.br](mailto:sead@mpms.mp.br), ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, CEP 79031-907, em horário comercial (8h às 11h e 13h às 18h).

XXXXX

Secretário(a)-Geral do MPMS

ANEXO A				
PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANEXO B	
FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO	
<p>À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO/MS.</p> <p>(NOME DO PROPONENTE) _____, CNPJ/CPF nº _____, com endereço em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, referente à <b>LOCAÇÃO DE IMÓVEL A SER CONSTRUÍDO SOB MEDIDA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A</b>, vem apresentar a seguinte proposta comercial:</p> <p>VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)  VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)  ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:  ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:  ÁREA CONSTRUÍDA:  QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:  Dados completos de identificação e contato do proponente (<i>e-mail</i>, telefones, fax, etc.).</p> <p>Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.</p> <p>Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.</p> <p>_____, ____ de _____ de 20____.</p> <p>(local) (data)</p> <p>Assinatura (proprietário/representante legal)</p>	



**Documentação do imóvel:**

- a) certidão vintenária do imóvel;
- b) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- c) certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel;
- d) plantas de situação e localização do terreno e construções;
- e) certidões negativas de ônus, gravames e de distribuição de ações reais e reipersecutórias relativas ao imóvel.

**Documentação do proponente/proprietário pessoa jurídica:**

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

**Documentação do proponente/proprietário pessoa física:**

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível;
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas;
- g) comprovante de residência;
- h) Certidão de casamento e CPF do cônjuge (se casado).

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 6/PGJ/2018 - Processo nº PGJ/10/0571/2018.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de aplicação de manta asfáltica, incluindo o fornecimento da manta asfáltica e dos materiais necessários à execução dos serviços, para atender o depósito de materiais do Departamento de Engenharia, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Vencedora: Comercial S.B.S Eireli – EPP, para o item único, no valor de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais).

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 16 de abril de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 8/PGJ/2018 - Processo n.º PGJ/10/0708/2018.

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de carimbos automáticos e em madeira (confeccionados em fotopolímero), refil (almofada) e tintas para carimbo, para atender o Ministério Público Estadual durante o exercício financeiro de 2018.

Vencedora: Sobral Chaves e Carimbos Ltda. – ME, com 6,5% (seis e meio por cento) de desconto, aplicável à tabela de preços orçados.

Justificativa: Adjudicado tendo em vista o maior percentual de desconto, nos termos do Edital.

Campo Grande, 16 de abril de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/PGJ/2017.**

Processo PGJ/10/0553/2017.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2 – ERNAINA RIBAS MATEUS-ME, representada por Ernaina Ribas Mateus.

Amparo legal: inciso II, artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Inclusão das Promotorias de Justiça – Unidade Chácara Cachoeira na Cláusula Primeira – Do objeto e a prorrogação de prazo contratual por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 08.05.2018 a 08.05.2019.

Data de assinatura: 13 de abril de 2018.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/PGJ/2017.**

Processo PGJ/10/0553/2017.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2 – ERNAINA RIBAS MATEUS-ME, representada por Ernaina Ribas Mateus.

Amparo legal: inciso II, artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: A prorrogação de prazo contratual por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 08.05.2018 a 08.05.2019.

Data de assinatura: 13 de abril de 2018.

**EXTRATO DO SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 28/PGJ/2016**

Processo PGJ/10/2098/2015

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico Humberto de Matos Brittes.

2 – ALPHA TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI representado por Cláudio Nunes Silva

Amparo Legal: Art. 65, § 8º, Lei 8.666/93.

Objeto Reajuste do valor contratual, em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho, cujo prazo de vigência é de 01/01/2018 a 31/12/2018, e do reajuste do vale-transporte.

Valor contratual total estimado: R\$ 8.229.249,96

Data de assinatura: 16 de abril de 2018.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebram o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador Geral de Justiça Dr. Paulo Cezar dos Passos e a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Secretário de Estado Antonio Carlos Videira, por meio da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, representado pelo Coronel QOPM Waldir Ribeiro Acosta.

Objeto: Inclusão do item 3.2.6 à Cláusula Terceira – Das Obrigações das Partes, contendo nova obrigação ao MPMS.

Amparo Legal: art. 60, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 a art. 8º, § 2º, do Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Vigência: 13.04.2018 a 31.03.2020.

Assinatura: 13 de abril de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****INQUÉRITO CIVIL N. 06.2016.00000438-0.****RECOMENDAÇÃO Nº 01/2018/10ªPJ**

“EMENTA: Recomenda à Secretaria Municipal de Saúde de Dourados/MS e à Direção da FUNSAUD - Fundação Administradora do Hospital da Vida de Dourados/MS e Unidade de Pronto Atendimento – UPA de Dourados a escolha e implementação efetiva de Protocolo de Acolhimento, com Classificação de Risco de reconhecida aceitação científica, com um mínimo de quatro níveis de classificação (como, por exemplo, o Protocolo de Manchester), assim como outras medidas correlatas necessárias à concretização Política de Humanização adotada pelo Ministério da Saúde”

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de seus Promotores de Justiça que esta subscrevem, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinados à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a teor do disposto nos artigos 196 e 197, da Lei Maior, a saúde é direito de todos e dever do Estado, a ser implementada mediante acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, consideradas de relevância pública;

CONSIDERANDO que o direito à saúde está inserido no chamado “mínimo existencial”, sendo consequência constitucional indissociável do direito à vida com dignidade, representando prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República, devendo ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de grandes enfermidades e de outros agravos, constituindo núcleo irredutível dos direitos fundamentais, de atendimento impostergável e cuja observância deve ser assegurada pelos poderes públicos;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental de segunda geração, a conferir ao indivíduo o direito público subjetivo de exigir do ente público prestações sociais positivas;

CONSIDERANDO que o direito público subjetivo à saúde representa consequência indissociável do direito à vida, prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular – e implementar – políticas sociais e econômicas que visem a garantir aos cidadãos o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar;

CONSIDERANDO que entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde descritos no artigo 7º da Lei nº 8.080/90 encontram-se: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;[...] XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;[...] XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência;

CONSIDERANDO que a respeito da organização, direção e gestão do Sistema Único de Saúde descritos no artigo 9º da Lei nº 8.080/90, verifica-se que a Direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos: I - no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; II - no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; III – do âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente;

CONSIDERANDO que o art. 16 da Lei nº 8.080/90 estabelece que à Direção Nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade e prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional;

CONSIDERANDO que os direitos à vida e à saúde são consequências imediatas da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso III, da CF/88). É da própria natureza do ser humano a luta pela preservação dessa dignidade. É algo que lhe é intrínseco, e não concedido pelo ordenamento. Com ela, impede-se seu tratamento como objeto, ou que o tratamento que lhe seja dado não retrate desprezo ao ser humano;

CONSIDERANDO ainda que a Lei Federal nº 8.080/90 garante a assistência terapêutica integral, devendo o Estado (*lato sensu*), prover às condições indispensáveis ao seu pleno exercício, disciplinando, ainda, o acesso à saúde pública através do Sistema Único de Saúde, em ato de concretização legal do direito, estabelecendo a responsabilidade do Poder Público para com os cidadãos brasileiros;

CONSIDERANDO a existência do Inquérito Civil n. 06.2016.00000438-0, instaurado em 21 de junho de 2016 e ainda em trâmite nesta Promotoria, para fins de “Averiguar a implementação de medidas internas (ponto biométrico e protocolo de classificação de risco) a serem adotadas para melhoria dos serviços prestados pela FUNSAUD nas unidades de saúde que administra”;

CONSIDERANDO que a FUNSAUD alegou, em 09 de setembro de 2016, ter realizado treinamento para capacitação e utilização de software de controle de anotação de horário e elaboração de classificação de risco, mas que o sistema ainda estava em fase de implementação (fls. 678/684);

CONSIDERANDO que a FUNSAUD afirmou, em 30 de setembro de 2016, que o Sistema *Wireline* estaria funcionando, porém não estava sendo utilizado por falta de computadores e assinaturas digitais dos profissionais, inviabilizando o controle de anotações de horário e classificação de risco (fls. 695/699);

CONSIDERANDO que a FUNSAUD esclarece, em 25 de novembro de 2016, que a classificação de risco dos usuários SUS estava ocorrendo de forma manual, sem qualquer indicação de um prazo definitivo para que a mesma fosse de forma informatizada;

CONSIDERANDO que conforme informado pelos representantes do Conselho Municipal de Dourados e da Comissão de Saúde Pública da Câmara Municipal, não há vigente Lei Municipal que disponha sobre a implantação e regulamentação de ponto biométrico nesta urbe;

CONSIDERANDO a existência de relatórios, datados de 22 de maio de 2017, acostados aos autos, que mencionam a dificuldade do cumprimento de carga horária pelos funcionários concursados no Município, bem como a falta de sanções aos mesmo, o que acarreta uma situação crítica para o bom funcionamento da rede pública de saúde em Dourados (fls. 960/962);

CONSIDERANDO que foi requisitado a FUNSAUD informações quanto à determinação de prazo necessário para viabilização da integralidade de assinaturas digitais para utilização total do ponto eletrônico, no entanto, até a presente data, nenhum prazo foi declinado;

CONSIDERANDO que foi encaminhado pelo Conselho Regional de Medicina, às fls. 1204/1215, cópias dos Relatórios de Vistorias nº 001/2018 e 002/2018, realizadas na Fundação de Saúde de Dourados – FUNSAUD, no Hospital da Vida e na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, , por determinação do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que foi constatado, mediante referida visita, a ausência de “sistema informatizado” de acolhimento e classificação de risco, visto que não há informatização do prontuário dos pacientes no UPA e no Hospital da Vida de Dourados, ambos administrados pela FUNSAUD;

CONSEIDERANDO que foi dada como prejudicada a avaliação da metodologia de eficiência das medidas adotadas para o bom funcionamento das Unidades de Saúde visitadas, em razão de inúmeras variáveis, sendo elas questões que envolvam a quantidade de pacientes sem atendimento, número de profissionais presentes no plantão nas escalas de trabalho, números de leitos disponíveis para acolhimento de pacientes e situações que envolvam as grades de referência no atendimento;

CONSIDERANDO que foi constatada no Hospital da Vida a utilização tão somente de um simples protocolo genérico de triagem, seguindo como base a sugestão do Ministério da Saúde, do qual realiza-se apenas o registro do paciente em formulário de papel, posteriormente anexando a ficha do atendimento. Ou seja, não há, nem na UPA, nem no HOSPITAL DA VIDA, em Dourados/MS, efetiva utilização de qualquer Protocolo de Acolhimento, com Classificação de Risco;

CONSIDERANDO que, nos serviços públicos de saúde, o acolhimento do paciente tem sido equivocadamente identificado somente na sua dimensão espacial, confundindo-se com o ambiente da Recepção, operacionalizada a partir das filas de espera por ordem de chegada, sem avaliação do potencial de risco, agravo e vulnerabilidade, numa visão médica centrada, de agenda restritiva, ao modo privado;

CONSIDERANDO que foi observada uma limitação quanto ao acolhimento dos pacientes tanto na UPA, quanto no HOSPITAL DA VIDA, no tocante as imposições determinadas pelo espaço físico e da estrutura instalada e na consequente dificuldade de observação dos fluxos necessários para o bom atendimento e acomodação dos pacientes;

CONSIDERANDO que, ainda, em outro Relatório de Vistoria do Conselho Regional de Medicina, realizado no UPA, acostado aos autos, fls. 1216/1229, declinado de omissões quanto à procedimentos que devem ser considerados nos prontuários médicos, no momento de atendimento dos pacientes, tais como, necessidade de prontuário com horário de atendimento do ato médico como item obrigatório, conforme Resolução CFM nº 1638/2002, Resolução nº 1821/2007 e Resolução nº 2056/2013, artigo 51, alínea;

CONSIDERANDO que a Vistoria do Conselho Regional de Medicina constatou ampla omissão dos profissionais de saúde em preencher de forma minimamente adequada os prontuários médicos, deixando de consignar diversos itens obrigatórios, como, por exemplo, horário do primeiro atendimento médico, análise dos sistemas olfatório e gustativo, item visual e auditivo, conforme Resoluções CFM nº 2056/2013, nº 2153/2016, nº 1821/2007, dentre outras

CONSIDERENDO que, acolhimento é o modo como se estabelece o primeiro contato do usuário com o serviço de atenção à saúde. Trata-se de uma ação técnica assistencial, um modo de operar os processos de trabalho em saúde, possibilitando o atendimento a todos que procuram determinada unidade de saúde, implicando em prestar atendimento

com responsabilização e resolutividade, ofertando respostas às necessidades de saúde apresentadas pelo usuário;

CONSIDERANDO que, a equidade como critério de acesso, baseia-se na premissa de que é preciso tratar diferentemente os desiguais (diferenciação positiva), ou cada um de acordo com a sua necessidade, corrigindo/evitando diferenciações injustas e negativas, aplicando-se a equidade no acolhimento quando se avalia/classifica o risco, as situações de maior urgência, possibilitando a priorização e a intervenção adequada nos casos mais graves, ou seja, a classificação de risco vai orientar não só o tipo de intervenção necessária como, também, o tempo em que tal intervenção deve ocorrer;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 2.395, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), dita:

Art. 4º Constituem diretrizes do Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências:

I - universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências;

II - humanização da atenção, garantindo efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde;

III - atendimento priorizado, mediante acolhimento com Classificação de Risco, segundo grau de sofrimento, urgência e gravidade do caso;

IV - regionalização do atendimento às urgências, com articulação dos diversos pontos de atenção e acesso regulado aos serviços de saúde;

V - atenção multiprofissional, instituída por meio de práticas clínicas cuidadoras e baseada na gestão de linhas de cuidado. (doc. em anexo).

CONSIDERANDO que, na mesma esteira, a Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS), aduz:

Art. 2º Constituem-se diretrizes da Rede de Atenção às Urgências:

I - ampliação do acesso e acolhimento aos casos agudos demandados aos serviços de saúde em todos os pontos de atenção, contemplando a classificação de risco e intervenção adequada e necessária aos diferentes agravos;

Art. 3º Fica organizada, no âmbito do SUS, a Rede de Atenção às Urgências.

§ 1º A organização da Rede de Atenção às Urgências tem a finalidade de articular e integrar todos os equipamentos de saúde, objetivando ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência e emergência nos serviços de saúde, de forma ágil e oportuna.

§ 2º A Rede de Atenção às Urgências deve ser implementada, gradativamente, em todo território nacional, respeitando-se critérios epidemiológicos e de densidade populacional.

§ 3º O acolhimento com classificação do risco, a qualidade e a resolutividade na atenção constituem a base do processo e dos fluxos assistenciais de toda Rede de Atenção às Urgências e devem ser requisitos de todos os pontos de atenção.

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Medicina também expediu Resoluções disciplinando o acolhimento nos Serviços Hospitalares e Pré Hospitalares de Urgência e Emergência, que vão ao encontro das Portarias editadas pelo Ministério da Saúde e mediante Resolução CFM nº 2.077/14, que dispõe sobre a normatização do funcionamento dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho, resolve:

*Art. 1º Esta resolução se aplica aos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência, públicos e privados, civis e militares, em todos os campos de especialidade. Parágrafo único. Entende-se por Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência os denominados prontos-socorros hospitalares, pronto-atendimentos hospitalares, emergências hospitalares, emergências de especialidades ou quaisquer outras denominações, excetuando-se os Serviços de Atenção às Urgências não Hospitalares, como as UPAs e congêneres.*

*Art. 2º Tornar obrigatória a implantação do Acolhimento com Classificação de Risco para atendimento dos pacientes nos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência.*

*Parágrafo único. O tempo de acesso do paciente à Classificação de Risco deve ser imediato, sendo necessário dimensionar o número de classificadores para atingir este objetivo;*

CONSIDERANDO, ainda, que a Resolução CFM nº 2.077/14, detalha a Classificação de Risco, fixando:

(...)

**2. Acolhimento com Classificação de Risco É obrigatória a implantação nos ambientes dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência de um sistema de classificação de pacientes de acordo com a gravidade do agravo à saúde que**

*apresentam, e que deve ser realizado por profissionais médicos ou enfermeiros capacitados. O paciente classificado por enfermeiro não pode ser liberado ou encaminhado a outro local sem ser consultado por médico.*

*A classificação deve ser feita obrigatoriamente em local que assegure a privacidade e o sigilo do paciente, podendo este ter duas ou mais salas de classificação para os momentos de maior fluxo de atendimento, resguardadas as condições de privacidade. Ao chegar ao Serviço Hospitalar de Urgência e Emergência, o acesso dos pacientes ao Setor de Classificação de Risco deve ser imediato. Assim, o tempo de espera para ser classificado deverá tender a zero, com os tempos de espera diferenciais para acesso ao médico emergencista não ultrapassando, na categoria de menor urgência, 120 minutos.*

*O médico poderá, no contato com o paciente, rever a classificação para fins de prioridade maior ou menor nas etapas subsequentes de atendimento. A classificação das necessidades urgentes do paciente define seu fluxo em todo o processo de atenção hospitalar e todos os setores devem estar cientes dessa definição. O bom uso da classificação afeta o fluxo e a qualidade assistencial dos pacientes do Serviço Hospitalar de Urgência e Emergência no conjunto da instituição hospitalar. Para serviços com menos de 50.000 consultas/ano pode-se discutir a necessidade da classificação sempre que não tenham um histórico de espera inadequada, embora não se possa prescindir da recepção e acolhimento informados para identificar necessidades que devam ser imediatamente respondidas. Há diversas escalas de classificação que podem ser adotadas e que possuem especificidades importantes, devendo-se observar a distinção entre as escalas utilizadas para adultos e crianças, em saúde mental e em obstetrícia, para maior sensibilidade e especificidade. Quando a classificação for realizada por enfermeiros, o protocolo adotado obrigatoriamente deverá ser baseado em sintomas, não podendo envolver diagnóstico médico.” - destaques inseridos.*

CONSIDERANDO que, os protocolos de classificação são instrumentos que sistematizam a avaliação – que, em muitos casos, é feita informalmente pela enfermagem – e devem ter sempre respaldo médico. (Série B. Textos Básicos de Saúde - Humaniza SUS – Acolhimento e Classificação de Risco nos Serviços de Urgência).

CONSIDERANDO que o acolhimento humanizado, com escuta qualificada e classificação de risco é direito incontestado do usuário SUS. O dever de prestá-lo, na esfera local, sendo o SUS um sistema hierarquizado e regionalizado, é imputado ao Município de Dourados/MS, que, na Gestão Plena do Sistema na sua esfera de competência, não pode se furtar ao regramento federal (Constituição, Leis, Decretos, Portarias, Manuais, Cadernos e Cartilhas do Ministério da Saúde, Resoluções do Conselho Federal de Medicina e outros).

CONSIDERANDO que, de outra feita, com relação ao prontuário eletrônico, o Conselho Federal de Medicina (CFM), pela Resolução n.º 1.638/02, define como “documento único, constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registrados, gerados a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo”;

CONSIDERANDO, que o Conselho Federal de Medicina (CFM), pela Resolução n.º 1821/2007, aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde;

CONSIDERANDO, que em que pesem os quase dez anos de vigência da referida resolução, não se tem notícias se alguma entidade hospitalar de Dourados/MS implementou o prontuário médico pela via eletrônica, sendo certo que o Hospital da Vida e UPA ainda não o fizeram, embora já devidamente alertados para tal, através da Recomendação Conjunta n. 03/2017 (IC n. 06.2016.00000437-0);

CONSIDERANDO que, conforme ensinamentos de Virgínia Bentes Pinto, Professora do Departamento de Ciências da Informação Universidade Federal do Ceará:

*“(…) a migração dos prontuários em suporte tradicional para o eletrônico introduziu várias mudanças no contexto da saúde (tanto para os profissionais, como para os clientes e também para os gestores de serviços de informação das organizações de saúde), embora a sua finalidade principal continue sendo: possibilitar o fluxo de informação e comunicação intra e entre a equipe de saúde e o paciente; favorecer a continuidade da assistência; oferecer segurança ao paciente e a equipe de saúde; constituir documento de base para a pesquisa; servir de apoio ao ensino dos profissionais de saúde, sendo, também, de grande valia para o gerenciamento de informações sobre saúde (VAN GINNEKEN; MOORMAN, 1997), KLÜCK; GUIMARÃES; AMBROSINI (2002). Ainda constitui ferramenta de fundamental importância para os pesquisadores tanto da área de saúde como para outros estudiosos, e tem grande valia para os gestores das organizações hospitalares e para o estado, enquanto responsável pela gestão nacional da saúde “ (Prontuário eletrônico do paciente: documento técnico de informação e comunicação do domínio da saúde. 2006. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf. Disponível em*

[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10074/1/2006\\_art\\_vbpinto.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10074/1/2006_art_vbpinto.pdf). acesso em 21/05/2017)

CONSIDERANDO que, no sentido da imprescindibilidade de instituição dessa nova forma de controle da atividade médica, esclarecem Camila Mendes Patrício, Marianna Menezes Maia, Josiane Lemos Machiavelli, Magdala de Araújo Navaes, da Universidade Federal de Pernambuco:

*“Os sistemas de prontuários eletrônicos requerem certo grau de precisão, o que não condiz com a realidade, principalmente no Brasil. Os serviços de prontuários na maioria dos hospitais brasileiros, quando existem, são de baixo padrão e funcionam de forma muito precária, devido à desordem organizacional dessas instituições. Porém, a documentação sobre os cuidados do paciente torna-se indispensável e não é mais possível tolerar registros pobres, incompletos e desordenados (...) Apesar das dificuldades relatadas, acredita-se que é de suma importância a utilização de sistemas de informação que incluam o prontuário eletrônico no âmbito do sistema de saúde brasileiro, a fim de identificar os usuários, facilitar a gestão dos serviços, a comunicação e o compartilhamento das informações em um país com dimensões continentais e imensa diversidade cultural. O PEP proporcionará mais qualidade ao atendimento e à gestão pública, com condições de superar os desafios para implantação e tornar-se uma prática comum na medicina”.* (O prontuário eletrônico do paciente no sistema de saúde brasileiro: uma realidade para os médicos? PATRÍCIO. Camila Mendes. MAIA. Marianna Menezes. MACHIAVELLI. Josiane Lemos. NAVAES. Magdala de Araújo. Publicado em Scientia Medica (Porto Alegre) 2011; volume 21, número 3, p. 121-131. Disponível no link [https://www.researchgate.net/profile/Magdala\\_Novae/publication/266445681\\_O\\_prontuario\\_eletronico\\_do\\_paciente\\_no\\_sistema\\_de\\_saude\\_brasileiro\\_uma\\_realidade\\_para\\_os\\_medicos/links/571f864008aead26e71b66fe.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Magdala_Novae/publication/266445681_O_prontuario_eletronico_do_paciente_no_sistema_de_saude_brasileiro_uma_realidade_para_os_medicos/links/571f864008aead26e71b66fe.pdf). Acesso em 24/05/2017);

CONSIDERANDO, que as modificações administrativas ora sugeridas são impositivas, ressalte-se, também e principalmente, por observância ao princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal. Efetivamente, ensina Hely Lopes Meirelles que: *“o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.”* (MEIRELLES. Hely lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 36. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. p. 98);

CONSIDERANDO, ainda, os ensinamentos da doutrina, no sentido de que *“o princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e pode também ser considerado em relação ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados no desempenho da função ou atividade administrativa. (...) “A idéia que decorre do princípio constitucional da eficiência deve abranger tanto o sucesso dos meios (eficiência), como o sucesso dos fins (eficácia), visando atender aquilo que a doutrina contemporânea vem chamando de efetividade administrativa. Isso porque, a efetividade administrativa surge quando se alcançam os resultados através do emprego dos meios adequados”.* (CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Administrativo. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2009. p. 44-45);

CONSIDERANDO que, segundo doutrina constitucionalista amplamente majoritária, vive-se atualmente a fase pós-positivista, uma nova fase de juridicidade dos princípios gerais de direito, os quais já deixaram de ter como função primordial a meramente supletiva ou integrativa do ordenamento jurídico, nos moldes do que estabelece, por exemplo, o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Ou seja, os princípios abandonam o papel secundário e supletivo e assumem, assim como as regras, um grau de inquestionável normatividade, tanto em bases teóricas quanto metodológicas, impondo, portanto, deveres estatais ativos e omissos de conduta (Por todos, BARROSO. Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional. 2ª Ed. Ed. Saraiva. Pág. 318);

CONSIDERANDO que, tão importante quanto reprimir as ofensas à ordem jurídica, é a adoção de medidas do cunho educativo, informativo e preventivo, buscando-se o aperfeiçoamento da conscientização coletiva no repúdio a toda e qualquer forma de ilicitude;

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8625/93, no art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93,

RECOMENDAR ao Município de Dourados/MS, através da Secretaria Municipal de Saúde, e à FUNSAUD – Fundação de Serviços de Saúde de dourados, entidade administradora do HOSPITAL DA VIDA e da UNIDADE DE



PRONTO ATENDIMENTO – UPA DOURADOS/MS, que, em obediência irrestrita aos princípios constitucionais da transparência e eficiência, assim como a todo o arcabouço normativo constitucional e legal de proteção à saúde, que promovam:

A) No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, a implantação efetiva de Protocolo de Acolhimento, com Classificação de Risco de reconhecida aceitação científica, com um mínimo de quatro níveis de classificação (como, por exemplo, o Protocolo de Manchester);

B) Em todos os serviços que atendam demanda espontânea, que tal se dê em ambiente específico e adequado para tal fim, para que o procedimento de acolhimento não seja identificado somente na sua dimensão espacial, confundindo-se com o ambiente de recepção, uma vez que deve ser assegurado ao paciente privacidade e sigilo, com equipe profissional definida, integrada obrigatoriamente por profissionais de nível superior, médico ou enfermeiro, em número suficiente para que o tempo de acesso do paciente seja imediato, observando os critérios definidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Medicina, notadamente:

B.1. identificação do paciente segundo o grau de sofrimento ou, de agravo à saúde e de risco de morte, priorizando aqueles que necessitem de tratamento imediato e/ou urgente, e/ou os casos de prioridades legais (idosos, crianças e deficientes, etc), sem que isso signifique dispensa dos demais pacientes, que também devem ser atendidos;

B.2. presença obrigatória de médico coordenador de fluxo no Serviço de Urgência e Emergência com mais de 50.000 (cinquenta mil) atendimentos/ano (Resolução CFM nº 2.077/14, art. 5º);

B.3. observação do sistema de fluxo dos pacientes, qualificação e quantificação da equipe médica, conforme definido no art. 7º e anexo I da Resolução CFM nº 2.077/14;

B.4. atenção no acolhimento à Política de Humanização definida pelo Ministério da Saúde, aplicando a ferramenta escuta qualificada e padronizando o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde para proibir práticas nefastas como limitação de atendimento por senhas e quotas de consultas médicas; troca de receituário médico sem consulta; restrição de dias certos para marcação de atendimentos, dentre outras;

B.5. efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde, garantindo o acesso referenciado aos demais níveis de assistência;

C) que inicie, imediatamente, o preenchimento adequado, completo e fidedigno dos prontuários médicos, com consignação expressa de todos os protocolos obrigatórios, como, por exemplo, horário do primeiro ato médico de atendimento, análise dos sistemas olfatório, gustativo, visual e auditivo, especificação de condutas médicas implementadas, especificação da medicação utilizada e/ou prescrita, horário de saída do paciente, quais os encaminhamentos médicos posteriores, etc, conforme Resoluções CFM nº 2056/2013, nº 2153/2016, nº 1821/2007, dentre outras;

D) No prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento desta, inicie a implementação diária do Protocolo de Acolhimento com Classificação de Risco de modo INFORMATIZADO;

D.1. que tão logo efetivada a migração do Protocolo de Acolhimento com Classificação de Risco para o sistema informatizado, nele também atentar para o preenchimento adequado completo e fidedigno dos prontuários médicos, com as observações descritas no item “3” e atenção especial para, em todos os casos, a eficiência, integralidade, transparência e resolutividade;

E) Promovam, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar do recebimento desta, a devida capacitação de todos os profissionais de saúde atuantes no Hospital da Vida e Unidade de Pronto Atendimento – UPA, inclusive médicos, odontólogos e profissionais de enfermagem, para operação do sistema informatizado escolhido. A capacitação deve se dar de modo gradual, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços prestados;

F) Apontem, mediante relatório, no prazo de 60 (sessenta) dias, quais medidas efetivas estão sendo tomadas para reversão das irregularidades arguidas no Relatório de Vistoria nº 01/2018/MS e nº 02/2018/MS, fls. 1204/1229, do Conselho Regional de Medicina, em resultado de visita técnica realizada em 30 de janeiro de 2018, no Hospital da Vida e na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, ambas administradas pela Fundação Municipal de Saúde de Dourados - FUNSAUD;

G) Especificamente à Secretaria Municipal de Saúde, que operacionalize meios fiscalizatórios para acompanhamento das referidas transições a serem realizadas nas Unidades administradas pela FUNSAUD, sendo o Hospital da Vida e Unidade de Pronto atendimento, mediante a constituição de uma comissão de acompanhamento,

seguida de elaboração de relatórios periódicos, realização de visitas técnicas, pontuando sempre quais, em que prazo, e de que forma dar-se-ão as medidas materiais e administrativas necessárias para a reversão do quadro de irregularidades detectadas pelos órgãos de fiscalização;

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção aos direitos constitucionais dos cidadãos e a probidade administrativa de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se o recomendado acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem manejadas as ações judiciais correspondentes.

Encaminhe-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO às seguintes autoridades e entidades:

- a) Ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento;
- b) Aos Excelentíssimos Coordenadores do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais dos Cidadãos e do Patrimônio Público, para conhecimento;
- c) Ao CRM-MS– Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul, para conhecimento;
- d) Ao Conselho Municipal de Saúde, para conhecimento;
- e) Aos Excelentíssimos Secretário Municipal de Saúde de Dourados e Prefeita Municipal de Dourados, para conhecimento e providências;
- f) Às Comissões de Direitos Humanos e Saúde Pública da OAB/MS – Seccional de Dourados/MS, para conhecimento e providências que entender cabíveis;
- g) À Câmara Municipal de Vereadores de Dourados/MS, para conhecimento e providências que entender cabíveis.

Dourados, 09 de abril de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BELA VISTA**

---

**RECOMENDAÇÃO 0001/2018/PJ/BVT/SAJ/MP**

“Dispõe sobre a proibição da Prefeitura Municipal de Bela Vista firmar contrato com pessoas físicas e jurídicas investigadas por atos de improbidade administrativa, decorrentes de fraudes em licitações, e anulação dos contratos administrativos vigentes e evitados de vícios, bem como sobre o afastamento do cargo de servidor investigado.”

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Bela Vista/MS, por seu agente signatário, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c artigo 27, parágrafo único, da lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, no âmbito dos Inquéritos Cíveis nº 06.2018.00000693-1 e 06.2018.00000671-0, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe constitucionalmente ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e promover a proteção do patrimônio público (artigo 129, II e III, da CF);

CONSIDERANDO a incumbência constitucional e legal do Ministério Público de proteger o Patrimônio Público e Social, com atribuição para adotar todas as medidas legais e judiciais cabíveis para esse fim, bem como a de fiscalizar a correta aplicação do orçamento público e a gestão fiscal pelos órgãos do Estado, sem prejuízo da observância dos Princípios expressos e implícitos no ordenamento jurídico pátrio;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer, dentre outros, aos Princípios da Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), no artigo 4º, dispõe que os *“agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato dos assuntos que lhe são afetos”*;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

CONSIDERANDO que de acordo com a interpretação constitucional o intérprete deve buscar a máxima efetiva da norma, sendo que nos dizeres de Friederich Muller, o teor literal de qualquer prescrição de direito positivo é apenas a ponta do *“iceberg”*, sendo que todo o resto, talvez a parte mais significativa, que o intérprete-aplicador deve levar em conta para realizar o direito é constituído pela *“situação normada”*, conforme expressão de Miguel Reale;

CONSIDERANDO que há investigação ministerial em curso em face das empresas Larissa Alfonso Pereira-ME e Cleber Neuton Leite-ME, por meio da qual foram constatados veementes indícios de fraudes a procedimentos licitatórios, para contratação de serviços de transporte público, nas áreas de saúde e educação, o que macula a probidade administrativa e, inarredavelmente, acarretará na responsabilização criminal dos agentes públicos (e particulares) envolvidos;

CONSIDERANDO que, além das empresas acima citadas, a investigação aponta certamente para o envolvimento de servidores públicos nas irregularidades apuradas, com formação de organização criminosa, inclusive com o cometimento de crimes com peculato e lavagem de dinheiro, seja direta ou concorrentemente, aliada à prática de

atos ímprobos por parte desses agentes;

CONSIDERANDO que as contratações com as pessoas jurídicas e naturais eivadas de fraudes e outros vícios maculam as regras expressas na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.666/1993.

CONSIDERANDO que, durante as investigações, surgiram firmes indícios de que a contratação publicada na data de 04 de abril de 2018, entre o Município de Bela Vista e a empresa Meta Construtora LTDA-EPP, está pautada em irregularidades, de modo a favorecer empresário operador da empresa Larissa Alfonso Pereira-ME;

CONSIDERANDO que os sócios responsáveis pela empresa Meta Construtora LTDA-EPP possuem registros de prática de crimes de furto, além de emplacamento irregular, de 09 (nove) veículos, fato que foi amplamente divulgado na mídia no ano de 2014;

CONSIDERANDO que as empresas Larissa Alfonso Pereira-ME e Cleber Neuton Leite-ME obtiveram, mediante fraude, um faturamento de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), decorrentes de contratações com o Município de Bela Vista, as quais são objetos de investigação criminal e, no âmbito do inquérito civil epigrafado, serão base para apuração de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que, na data de ontem (15/04/2018), fora determinado judicialmente o afastamento dos cargos públicos de quatro servidores municipais, dentre eles a Secretária Municipal de Saúde Ângela Venturini Baggio, em razão de fortes indícios com o envolvimento em delitos de organização criminosa, peculato, lavagem de dinheiro e outros decorrentes, sendo que a Secretária de Educação, também investigada por ilícitos penais e ímprobos, retornou ao cargo e, assim como os demais afastados, emerge a necessidade de seu afastamento cautelar;

CONSIDERANDO que da análise da documentação apreendida durante os cumprimentos de mandados de busca e apreensão, no dia 11.04.2018, constatou-se a falta de controle da Secretária Municipal de Educação e do Chefe do Setor de Transportes, no tocante aos relatórios de medição para pagamento às empresas que realizam o transporte escolar no município de Bela Vista-MS, tendo em vista que algumas linhas escolares apresentam quilometragem maior do que a rodada diariamente pelos ônibus, podendo configurar, em tese, crime de peculato;

CONSIDERANDO que, pela análise dos elementos colhidos em meio às investigações, tem-se que a Secretária de Educação assentiu com irregularidades que eram de sua incumbência obstar, a exemplo de ter deixado passar um veículo com o vidro quebrado, objeto de vistoria pelo Ministério Público e que não poderia rodar em razão dessa e de outras condições, bem como permitiu que veículos das empresas Larissa Alfonso Pereira e Bela Transportes realizasse o transporte escolar sem prévio contrato com o município;

CONSIDERANDO que no âmbito as investigações em andamento, de caráter cível e criminal, foram amealhados diversos documentos e informações que apontam para a ocorrência de ilícitos praticados pelos servidores públicos investigados, em conluio com empresários do município de Caracol/MS;

CONSIDERANDO que o Município de Bela Vista possui contratos administrativos vigentes com as empresas Larissa Alfonso Pereira-ME, Cleber Neuton Leite-ME e Meta Construtora Ltda-EPP, as quais são alvo das investigações e possuem vínculo com pessoas investigadas;

CONSIDERANDO o desvio da moralidade pública, consistente na presença de elementos probatórios que demonstram o direcionamento de procedimento licitatórios em benefício de uma empresa ou um grupo de pessoas;

CONSIDERANDO que o contrato com a empresa Meta Construtora Ltda-EPP também está eivado de irregularidades e renderá aos beneficiados o valor inicial de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), ressalvada a intenção das partes em acrescentar outros valores por ocasião em aditivo;

CONSIDERANDO que nos dizeres do doutrinador Marçal Justen Filho, a licitação deve ser norteadas pela honestidade e seriedade. Os princípios aplicam-se tanto à conduta do agente da Administração Pública como a dos próprios licitantes. A moralidade compreende também a boa-fé. Como ensina Agustin Gordillo, *“se o órgão que desempenha o exercício de uma potestade pública utiliza má-fé, usando subterfúgios ou artimanhas – por ação ou omissão, inclusive o silêncio - para levar a engano ou a erro um administrado, tal tipo de conduta é, por certo, incompatível com o que deve*

*ser o exercício da função administrativa e é também legítima, ainda que a faculdade que no caso seja discricionária”.*

CONSIDERANDO que todo gestor público tem o dever de demonstrar na licitação que promoveu a maior competitividade possível, circunstância tal que não veio à tona, pelo contrário, as investigações apontam para conclusão diversa;

CONSIDERANDO que o processo licitatório da Secretaria Municipal de Saúde, pregão presencial nº 08/2018, para locação de van, está eivado de vícios, com direcionamento à empresa Larissa Alfonso Pereira, sendo que a sessão pública está marcada para ocorrer às 13:30, do dia 17 de abril de 2018.

CONSIDERANDO que o Prefeito Municipal é o chefe do Poder Executivo municipal e deve zelar pela proteção do patrimônio público e social, devendo realizar as despesas públicas de acordo com os princípios da legalidade, sendo que constitui crime de responsabilidade apropriar-se de verbas públicas, ou desviá-las em proveito próprio ou alheio, bem como aplica-las indevidamente, nos termos do Decreto-Lei 201/67;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), no artigo 11, dispõe que constitui *“ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições (...)”*;

CONSIDERANDO que a mesma Lei Federal 8.429 prevê em seu artigo 10 que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, notadamente: VI – realizar operação financeira sem observância das normas legais; VIII - VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente; e XI – liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 89 da Lei 8.666/93, constitui crime punível com pena de detenção de 02 a 04 anos frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

CONSIDERANDO a necessidade de conter o excesso de gastos desnecessários no município em afronta aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, tendo em vista a necessidade de investimentos em área prioritárias como saúde e educação, saneamento básico, asfalto e moradia;

CONSIDERANDO que as investigações em curso apontam para ocorrências de condutas que beneficiaram, inclusive, servidor nomeado para cargo comissionado de assessor especial do Chefe do Executivo Municipal, que é irmão de um dos investigados e beneficiado em contratações com o Município de Bela Vista;

CONSIDERANDO o precedente do Supremo Tribunal Federal que já se posicionou da seguinte maneira:  
*“DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO-MG. VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE PARENTES DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO. CONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO”*

CONSIDERANDO ser a recomendação o instrumento ministerial destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, visando ao controle de legalidade e correção da aplicação do orçamento público, da Lei de responsabilidade fiscal, e da Lei de Improbidade Administrativa, bem como à proteção dos demais interesses difusos e coletivos, direitos e bens públicos indisponíveis ou de interesse social, nos termos da Resolução 015/2007-PGJ;

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução nº 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR ao

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Bela Vista/MS, senhor Reinaldo Miranda Benites, ou quem lhe substituir ou suceder no cargo, sob pena da adoção de outras medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis que:

1 – valendo-se de seu poder de autotutela, revogue, no prazo de 05 (cinco) dias, TODOS os contratos administrativos firmados com as empresas Larissa Alfonso Pereira-ME, Cleber Neuton Leite-ME e Meta Construtora LTDA-EPP;

2 – se abstenha de realizar pagamento ou contratação de qualquer natureza com as peessoas jurídicas supracitadas, bem como as seguintes pessoas físicas: Cleriston Barbosa da Silva, Edson Ferreira Vaz e Josemar Arguelho Figueiredo, ou com empresas que com estes tenham qualquer vínculo ou lhes beneficiem;

3 – afaste, no prazo de 24 horas, a Secretária de Educação, Jane Mary Garcia Mattos Carvalho, de suas funções na referida pasta, medida coerente com o afastamento cautelar dos demais servidores;

4 – monte uma comissão para remedição das linhas do transporte escolar, com no mínimo 03 membros, e estabeleça uma planilha para controle diário de quilômetros rodados para cada veículo (ônibus, micro ou afim), com a participação de diretores de escolas das referidas linhas e 01 (um) integrante do Conselho Municipal de Educação, e 03 (três) agentes de medição de linhas/fiscalização do transporte escolar, bem como não efetue nenhum pagamento sem que sejam revistas as linhas e medidas novamente a quilometragem de cada trajeto, tendo em vista que, de acordo com a documentação analisada, foi pago valor a maior pela quilometragem realizada pelas empresas Larissa Alfonso Pereira e Cleber Neuton Leite, devendo, ainda, publicar mensalmente os relatórios de medição no Portal da Transparência;

5 – monte uma comissão composta por no mínimo 03 membros, incluindo 01 (um) integrante do Conselho Municipal de Saúde, para medição e controle do transporte de pacientes que realizam consultas em Campo Grande e hemodiálise em Ponta Porã-MS, com publicação dos boletins de medição no Portal da Transparência, tendo em vista que em análise de apenas 01 (um) dos contratos com a empresa Larissa Alfonso Pereira, na área de saúde, constatou o desvio de aproximadamente R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

6 – Revogue o processo licitatório para locação de van, da Secretaria Municipal de Saúde, pregão presencial 08/2018, o qual está com sessão marcada para o dia 17/04/2018, às 13:30, tendo em vista que está eivado de vícios e irregularidades;

7 – nomeie para a função de pregoeiro apenas servidores ocupantes de cargo efetivo, com curso na área de licitações e sem qualquer vínculo de parentesco e/ou amizade com as empresas que contratem com o município, a fim de preservar os princípios da legalidade e moralidade;

Concede-se o prazo de 48 horas ao Prefeito Municipal para que informe se irá cumprir a presente recomendação, sendo que se a resposta for positiva encaminhe os atos administrativos que confirmem o acatamento da presente recomendação.

Remeta-se cópia da presente recomendação aos seguintes órgãos:

- 1) Câmara Municipal de Bela Vista/MS;
- 2) Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;
- 3) Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;
- 4) CAO Patrimônio Público e Social, Corregedoria-Geral, e Conselho Superior do Ministério Público para ciência e conhecimento.

Considerando o interesse público que permeia o objeto desta recomendação, publique-se no Diário Oficial do MP/MS.

Bela Vista/MS, 16 de abril de 2017.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

---

**IVINHEMA**

---

**EDITAL Nº 0006/2018/01PJ/IVH**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a migração do Inquérito Civil n. 006/1ªPJIv/2015, para o sistema SAJMP, passando a tramitar sob o número abaixo, cumprindo determinação contida no Art. 56 da Resolução n. 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79.740-000, fone (67) 3442-1590.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00001033-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Novo Horizonte do Sul/MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na criação excessiva de cargos de provimento em comissão pelo Município de Novo Horizonte do Sul, em detrimento da ocupação de cargos públicos por concurso público, inicialmente apurado nos autos físicos do Inquérito Civil n. 006/1ªPJIv/2015.

Ivinhema/MS 11 de abril de 2018

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**BANDEIRANTES**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 002/2018-BANDEIRANTES**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça na Comarca de Bandeirantes/MS, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, da Lei n. 8.625/1993; artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 44 da Resolução n. 015/2007 – PGJ/MS, de 27 de novembro 2007, e:

CONSIDERANDO a natureza constitucional do Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, bem como dos princípios norteadores de toda a Administração Pública, notadamente os previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência constitucional e legal do Ministério Público de proteger o patrimônio público e social, adotando, para tanto, todas as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO os princípios expressos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, de observância obrigatória para todas as esferas de poder, os quais impõem expressamente ao agente público o respeito à legalidade, à moralidade, à impessoalidade, à publicidade e à eficiência;

CONSIDERANDO que o núcleo do princípio da eficiência é “(...) a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.”<sup>11</sup>

CONSIDERANDO que, segundo as lições de José dos Santos Carvalho Filho, o princípio da publicidade impõe a ampla divulgação dos atos da Administração aos administrados, propiciando a estes a possibilidade de controle da

---

11 FERNANDA MARINELA, Direito Administrativo, JusPodivm, 2005.

legitimidade da conduta dos agentes públicos e que, apenas com a transparência desta, podem os cidadãos aquilatar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de se revestem<sup>12</sup>;

CONSIDERANDO que, doutrinariamente, o motivo, como elemento do ato administrativo, pode ser definido como “pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo”<sup>13</sup> e que “(...) a motivação é, em regra, necessária, seja para os atos vinculados, seja para os atos discricionários, pois constitui garantia de legalidade, que tanto diz respeito ao interessado como à própria Administração Pública; a motivação é que permite a verificação, a qualquer momento, da legalidade do ato, até mesmo pelos demais Poderes do Estado”<sup>14</sup>;

CONSIDERANDO que a instrução do presente inquérito civil revelou o pagamento de expressiva quantidade de diárias a agentes políticos municipais em 2013 e 2014, chegando ao recebimento, por parte de alguns Vereadores, de 12 (doze) diárias por mês;

CONSIDERANDO que a instrução do inquérito civil também demonstrou a prática do preenchimento vago e lacônico de requerimentos de diárias e relatórios de viagens, contendo expressões como “(...) a fim de tratar de assuntos atinentes às atribuições conferidas em decorrência de seu cargo”, não permitindo conhecer o interesse público subjacente à atividade parlamentar, e, conseqüentemente, o controle de legalidade do ato, bem como de requerimentos de diárias fundados em atividades meramente administrativas, tais como compras de material de papeleria e de informática;

CONSIDERANDO que a violação aos princípios da Administração Pública tem potencial para caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11 da Lei n. 8.429/92;

RECOMENDA ao Presidente da Câmara Municipal de Jaraguari/MS, AUREO DA SILVA VILELA, a adoção de medidas administrativas e legislativas pertinentes para:

a) exigir que os requerimentos de diárias e os respectivos relatórios de viagens, sejam preenchidos de forma completa e detalhada, contendo, notadamente, descrição clara dos motivos do ato e da pertinência destes com a atividade parlamentar, bem como dos resultados obtidos;

b) exigir que a utilização das diárias seja realizada na estrita conformidade com o princípio da eficiência;

c) abster-se do pagamento de diárias cujos requerimentos ou relatórios de viagens sejam vagos e lacônicos, não permitindo a todos conhecer o interesse público subjacente à atividade parlamentar, e, conseqüentemente, a legalidade do ato.

Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para que sejam adotadas as providências cabíveis e comunicadas a esta Promotoria de Justiça, com cópia dos respectivos documentos comprobatórios.

O descumprimento desta recomendação poderá ensejar o ajuizamento de medidas cabíveis para a solução de irregularidades, bem como para a responsabilização pessoal dos agentes públicos.

Encaminhe-se cópia ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Jaraguari/MS e ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito de Bandeirantes/MS, para conhecimento.

Encaminhe-se cópia ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do artigo, 52 da Resolução n. 015/2007-PGJ.

Publique-se no DOMP.

Bandeirantes/MS, 12 de abril de 2018.

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA  
Promotor de Justiça

<sup>12</sup> JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, Manual de Direito Administrativo, Atlas, 2016.

<sup>13</sup> Maria Sylvia Zanella di Pietro, Direito Administrativo, Saraiva, 2016.

<sup>14</sup> *Idem*.